

Juros de março serão pagos

O Brasil pagará integralmente, usando suas reservas, também os juros que vencem em março, no valor de 230 milhões de dólares, caso o protocolo (*term sheet*) do acordo de médio prazo do reescalonamento da dívida seja assinado até o final do mês, revelaram ontem técnicos do Ministério da Fazenda.

Se vier a se concretizar o pagamento dos juros de março, o País terá desembolsado de suas reservas, para os acertos da dívida, nada menos do que 1.818 bilhão de dólares, incluídos os 500 milhões de dólares liberados por conta do acordo provisório do final do ano passado e mais 868 milhões de dólares referentes aos juros vencidos em janeiro (350 milhões já pagos e mais 518 milhões entre amanhã e sexta-feira) e 220 milhões de dólares dos juros correntes de fevereiro (a serem pagos igualmente entre amanhã e sexta-feira).

O uso das reservas cambiais para pagamento dos juros correntes param, contudo, aí, segundo

as fontes da Fazenda. De abril a junho — prazo previsto para 90 por cento dos 700 bancos credores formalizem sua adesão ao *term sheet* que se espera assinado este mês —, não há mais dinheiro próprio para honrar os juros que vencem no período e a solução mais factível, revelam os técnicos, é um empréstimo-ponte dos bancos para viabilizar o pagamento.

— Nós já avisamos o comitê dos bancos credores que pagariamos os juros correntes com nossas reservas até um certo ponto, apenas por poucos meses — assinalou um dos técnicos da Fazenda que acompanha diretamente as negociações.

O pagamento da comissão de incentivo à adesão rápida dos bancos ao acordo de refinanciamento dos juros de 5,8 bilhões de dólares, fechado no sábado, fixada em 0,37 por cento sobre o volume dos novos empréstimos, foi explicado na Fazenda pela necessidade de agilizar a participação no acordo pelo menos dos grandes bancos. “O processo de

55

adesão está cada vez mais complexo, com interesses divergentes dos bancos europeus, americanos, japoneses e das pequenas e médias instituições financeiras”, constatou o técnico.

Será ainda objeto de negociações, dentro do acordo fechado sábado, a utilização do *carve out* (aplicação imediata do novo *spread* acertado, de 0,8125 por cento, igual ao obtido pelo México): se em toda a dívida pública, se em parte dela e em parte da dívida privada, se apenas em parte da dívida pública.

Embora o valor do refinanciamento dos juros de 87, 88 e primeiro semestre de 89 — 5,8 bilhões de dólares, a que se somarão mais 600 milhões de dólares destinados a reforçar as linhas de crédito de curto prazo — tenha ficado aquém da proposta inicial brasileira — 7,1 bilhões de dólares — ressaltou-se, na Fazenda, que o acordo fechado no sábado foi obtido antes de qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).